

*Violência urbana**

CLEIA SCHIAVO WEYRAUCH

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Resumo: O Brasil se destaca por ser um dos cinco países de maior concentração de renda do planeta com suas cidades transformadas em territórios loteados entre aqueles que detêm o poder, onde poder político se confunde com poder econômico. Embora existam vários tipos de violência urbana, este artigo concentra-se nas manifestações vinculadas às situações de pobreza na cidade, dado que o processo de municipalização definido pela Constituição de 1988 delegou aos governos municipais a responsabilidade de geri-las democraticamente. A hipótese central que orienta o artigo é que a retórica constitucional não alterou a segregação socioespacial já existente: as piores áreas da cidade, as mais problemáticas, foram compulsoriamente designadas à população de baixa renda, onde os transportes, as escolas, os postos de saúde ficam longe de atendê-la satisfatoriamente. Assim, a violência urbana é essencialmente exercida pelos poderes das cidades e do país, que em vez de torná-las valor de uso social reforçam sua dimensão de valor de troca, transformando-a em mercadoria a quem comprá-la melhor.

Palavras-chave: Violência; Cidade; Brasil; Políticas públicas.

Résumé: Le Brésil se distingue comme l'un des cinq pays avec la plus grande concentration de richesses dans le monde, avec ses villes transformées en territoires partagés par ceux qui détiennent le pouvoir et où le pouvoir politique se confond avec le pouvoir économique. Bien qu'il existe des différents types de violences urbaines, cet article se concentre sur les événements liés à la pauvreté dans la ville, étant donné que le processus de municipalisation défini par la Constitution de 1988, avait délégué aux gouvernements municipaux la responsabilité de les gérer démocratiquement. L'hypothèse centrale levée par cet article cherche à démontrer que la rhétorique constitutionnelle n'a pas changé la ségrégation socio-spatiale existante: les pires quartiers de la ville, les plus problématiques, ont été désignés à la population à faible revenu, des quartiers où les transports, les écoles, les unités de santé, sont loin de répondre aux

demandes de manière satisfaisante. Ainsi, la violence urbaine est principalement exercée par les pouvoirs des villes et pays, lesquels, au lieu de leur rendre valeur d'usage social renforcent la dimension de leur valeur d'échange, en le transformant en une marchandise à ceux qui l'achètent mieux.

Mots-clés: Violence ; Ville ; Brésil ; Politique.

A violência urbana se manifesta de diversas formas, individual e/ou coletivamente, segundo a natureza do espaço público e/ou privado, da qualidade de seu processo de produção, urbanização e, sobretudo, do nível de privação de sua população no campo da sobrevivência e dos direitos sociais. As formas históricas de violência também variam segundo o *design* urbanístico do espaço, da qualidade do seu sistema sociopolítico cultural, do número de habitantes em um dado território e da consciência comunitária de seus habitantes. A cidade como lugar das desigualdades se intensifica em certos contextos históricos, a exemplo o da consolidação do capitalismo e suas consequentes transformações. Este quadro colabora na interiorização da violência na medida do grau de frustração com base nas aspirações e bloqueios advindos tanto do desejo de qualidade de vida quanto dos estímulos da sociedade de consumo dirigido. Além disso, produção de riqueza e violência urbana caminham juntas, a primeira, por sua natureza, produz riscos que se evidenciam na cidade. Sejam eles: ambientais (degradação socioambiental como aquecimento global, escassez de água potável, poluição do ar etc.), sociais (baixa qualidade de vida, desemprego, ausência de equipamentos de saúde e educação etc.), de transporte e segurança pública e muitos outros. Hoje, a crise urbana é planetária, com a criminalidade atingindo os grandes centros urbanos, e acentuada no atual momento histórico pelas políticas previdenciárias e fiscais implementadas nos países afetados. A globalização intensificou mais ainda a dimensão de troca da cidade onde o crime organizado comercializa crianças, adolescentes, mulheres, trabalhadores, drogas como coisas idênticas a mercadorias a serem vendida a quem der mais. A violência urbana tornou-se um fenômeno sistêmico alimentado pela economia, pela política que expressa a dinâmica global da estrutura capitalista sobretudo em países como os da América Latina onde o nível de concentração de renda é espantoso. Na luta urbana

pela conquista do valor de uso da cidade está implícita a luta pela democracia, e consequentemente pelos direitos humanos.

Introdução

Nas primeiras décadas do século XX a Sociologia e algumas ciências afins operavam com as categorias campo e cidade como se elas fossem naturais e não construídas pela ciência; uma concepção dualista que sugeria uma distância intransponível entre as duas realidades. Ao contrário desta postura, a Sociologia nos seus primórdios (meados do século XIX) concebia a sociedade como uma unidade viva sujeita a mudanças, rupturas e leis cujo estudo deveria ser aprofundado a bem da estabilidade social. Nessa linha, grandes teóricos criaram narrativas como as de Augusto Comte, Marx, Engels, Spencer, Max Weber, Simmel, Durkheim e outros que, movidos pela tentativa de explicação/compreensão dos fenômenos sociais, pensaram reduzir a realidade a teorias com o intuito de analisar e agir socialmente por meio de adequados instrumentos de controle político-institucional. Esses estudiosos produziram conceitos clássicos de análise até hoje em vigor na medida em que vocalizaram interesses dinâmicos e protagonismos no interior de uma sociedade marcada por rupturas, continuidades e descontinuidades históricas.

A cidade industrial da virada dos séculos XIX-XX, transformou-se em cenário por excelência das contradições socioeconômicas: de um lado riquezas galopantes foram se acumulando graças à exploração do operariado, de outro uma pobreza crescente visível nas ruas pela circulação de uma massa de desamparados institucionais distante do mínimo necessário à sobrevivência humana. F. Engels descreve com clareza o caos social presente nas cidades inglesas do século XIX onde as ruas exibiam uma população sujeita à violência pela falta de emprego, habitação digna e, de modo geral, de atendimento social. A fome, a desnutrição, a prostituição e a delinquência grassavam nos segmentos mais pobres da população como narra Charles Dickens¹ sobre a cruel saga de crianças e adolescente nas ruas de Londres. Em 1730, o escritor Daniel Defoe já reclamava ao prefeito de Londres não mais haver segurança nas casas e nas ruas.

De fato, o fenômeno identificado como urbano nada mais foi do que o espetáculo da miséria expresso a olhos vistos diante da ausência de políticas

que dessem conta daquela incontrolável e inédita desordem social. A *urbs* transformou-se em um espaço de intranquilidade, território por excelência da ação de um capitalismo industrial selvagem responsável pela desagregação de estruturas tradicionais que vinculavam os homens aos seus territórios de origem. Os centros das cidades transformaram-se em cenários de horror e violência, de revolta e indignação e a leitura que se fez durante décadas foi que a cidade como espaço por excelência do fenômeno urbano era um subproduto da industrialização, esquecendo sua historicidade ao longo dos séculos. Em verdade, o cenário da cidade moderna do capitalismo industrial acirrou a discussão sobre justiça e direitos sociais na esteira do marxismo, que se construiu alimentado pelas desigualdades sociais e pela pobreza presentes naquele tempo histórico. A questão da justiça social ganhou um novo vigor na base da crítica ao capital, este responsável por movimentos revolucionários que mudaram o *design* político do mundo após 1917. Outras linhas de análises sociológicas esquivaram-se de criticar as assimetrias sociais urbanas com base em uma crítica ao capitalismo. Preferiram ressaltar o espaço urbano como espaço da civilização e da cultura, do conhecimento e do poder, da racionalidade ao contrário da área rural, espaço do bucólico e do “incivilizado”.

A violência também esteve presente na cidade do mundo antigo e medieval, a última, antecessora da moderna cidade do capitalismo industrial. Com relação ao medievo, ao contrário de alguns autores que o romantizam, Jacques Le Goff assinala a presença da violência em seu contexto:

A cidade da Idade Média é um espaço fechado. A muralha a define. Penetra-se nela por portas e nela se caminha por ruas infernais que, felizmente, desembocam em praças paradisíacas. Ela é guarnecida de torres, torres das igrejas, das casas dos ricos e da muralha que a cerca. Lugar de cobiça, a cidade aspira à segurança. Seus habitantes fecham suas casas à chave, cuidadosamente, e o roubo é severamente punido (LE GOFF, 1998, p. 15).

Assolada frequentemente pelos bandos urbanos, a cidade medieval fez da segurança sua obsessão e cada corporação de ofício tinha que oferecer um contingente para sua proteção. Os pobres que nela habitavam eram

atendidos por ordens mendicantes e pela municipalidade, que cada vez mais os colocava fora dos limites da cidade. Assim mesmo a cidade medieval conseguiu exprimir o princípio da liberdade e da fraternidade e à sua maneira, ela foi um ensaio para realizar em séculos posteriores o ideal da “liberdade, igualdade, fraternidade” (LE GOFF, 1998, p. 91). Interessante observar que nas cidades medievais organizaram-se corporações de ofício, instituições responsáveis pela organização do trabalho artesanal constituídas pelos mestres, oficiais e aprendizes. Os mestres comandavam os oficiais que faziam o trabalho especializado, pelo qual recebiam um salário. Do ponto de vista econômico e político a experiência medieval representou um avanço na medida em que fez renascer a cidade, lócus da liberdade e do pensamento, e também das universidades. Ficaram famosas, a partir do século XII, as cidades italianas como Florença, Veneza, Nápoles onde se desenvolveu uma economia com base em avançadas regras econômicas em concomitância com a expansão do seu comércio no Mediterrâneo.

Henri Lefebvre acentuou a experiência urbana medieval como orgânica, certamente em comparação ao mundo das distorções do capitalismo ocidental. Em verdade, a experiência de cidadania vivida por algumas cidades medievais inaugurou, embora em ponto pequeno, o protagonismo do cidadão na cidade.

Alguns arautos da justiça social apresentaram suas ideias democráticas durante a Idade Média, rejeitando a concepção da existência como expiação do homem frente aos seus pecados originais. Marsílio de Pádua, por exemplo, via a arbitrariedade do governante como um fator de desordem social, além disso julgava que os cidadãos diante dela teriam o direito de se rebelar. Para ele “somente com a existência de um padrão de justiça conjugado a uma autoridade capaz de impor obediência é que se torna possível a realização da paz civil” (PÁDUA, 1995, p. 25). A teologia e direitos constituíam esferas distintas.

Os nomes de Campanella² e Joaquim de Fiore também representam pensamentos voltados para o encaminhamento dos problemas humanos no plano da imanência e não da transcendência, como pregava a Igreja oficial. As guerras, as epidemias, as doenças acabaram por controlar a densidade populacional dessa cidade, e facilitar seu controle político institucional

A Revolução Industrial constrangeu, em parte, o avanço democrático das cidades medievais, na medida em que a tornou espaço da exploração radical onde os homens foram transformados como simples mercadorias,

vendedores de sua força de trabalho. A cidade industrial viu a pobreza elevar-se à categoria de miséria e o grande grupo de desempregados nela presente assumir diante da elite a imagem da classe perigosa.

O marxismo de então, assentado na concepção de tempo histórico revolucionário, relegou o conceito de espaço à categoria subalterna, tornando-o cego às questões sociais na sua especificidade. Para que pensar nos problemas espaciais da cidade se o tempo revolucionário os resolveria no plano do socialismo?

Foi nos Estados Unidos da América que o espaço acabou sendo abordado pelas características apresentadas pela revolução industrial americana, uma delas o favorecimento à imigração em massa. Levas de estrangeiros aproveitaram a existência de uma malha ferroviária substantiva, responsável pelos seus transportes de leste a oeste do país, que acabou por colaborar com a formação de um exército de reserva de mão de obra do qual se aproveitaram os gananciosos empresários americanos.

Em meados do século XIX três forças em crescimento colaboraram para o intenso desenvolvimento industrial nos EUA: a disseminação do transporte de massa, a aplicação de inovações tecnológicas e econômicas à produção industrial e os movimentos demográficos internos e externos. Além, é claro, da valorização do trabalho e do lucro legado da ideologia religiosa americana. Com isso, as cidades, além de incharem, criaram periferias de difícil controle que escapavam ao estilo de administração até então utilizados.

O espaço, concebido na perspectiva do modo de produção capitalista, foi objeto de análise da Escola de Chicago, nascida no local onde nomes e firmas como Mc Cormick, Armour, Marshall Field, Sears Roebuck, Montgomery Ward davam o tom de exploração e brutalidade da *urbs* mais industrial dos EUA. O lucro presidia os destinos não só da cidade de Chicago, mas de outras que se industrializavam com intensidade na esteira de um capitalismo desenfreado cego aos direitos humanos de sua população.

O que importava em Chicago sempre podia ser medido, contado ou pesado, fosse nos milhares de alqueires de trigo embarcados para o leste, nos milhões de cabeça de gado de trem até os armazéns do sindicato para a indústria de carne ou

nas toneladas de aço produzidas pelas usinas em Gary (Homberger in BRADBURY, MC FARLANE, 1989, p. 120).

O clima social da população ameaçada pelas lutas entre gangues e as frequentes greves provocavam insegurança na população da cidade. O choque de culturas entre americanos e imigrantes³ e destes entre si aliado à insegurança do mercado de trabalho tornou o território da cidade de Chicago um insuportável espaço de convivência. Na década de 1920, Frederik Thrasher afirma na sua tese de doutorado, a existência de gangues que agrupavam 25 mil adolescentes e jovens adultos.⁴ Uma babel de línguas, expressão de uma multiplicidade de códigos culturais, dificultou a interação social entre a população local. Daí o tema da interação simbólica⁵ ter sido importante no sentido da assimilação e da aculturação dos imigrantes à sociedade americana.

Em 1900, o número de imigrantes ultrapassou os nascidos na cidade de Chicago provocando distúrbios generalizados. O grande problema da Escola de Chicago,⁶ que ultrapassava o problema local, referia-se à assimilação de milhões de imigrantes à América do Norte. Paralelamente o crime organizado, a exemplo a Máfia, arrebanhou um contingente significativo desses imigrantes envolvendo um sem número de recém-chegados às suas hostes. As máfias italiana e irlandesa disputavam e dividiam entre si os territórios da cidade, o nome de Alphonsus Capone (Al Capone), tornou-se tema de livros e filme como *os Intocáveis*⁷ dirigido, em 1987, por Brian de Palma.⁸

Da sociedade do trabalho à urbana

Na década de 1980 eclode, nos EUA, uma nova revolução que alterou o processo produtivo com base nas emergentes tecnologias da informação.⁹ Segundo Manuel Castells (1999):

A tecnologia da informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais sucessivas: do motor a vapor a eletricidade, dos combustíveis fósseis e até mesmo a energia nuclear visto que a geração e a distribuição de energia foram o elemento principal de base industrial.

Castells,¹⁰ ao contrário da Escola de Chicago, concentrou sua análise na produção social do espaço a partir da concepção de que ele é determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção que delas se originam. Nessa abordagem, a questão social se funde à questão urbana, e, em decorrência, a cidade a incorpora no curso dos processos de metropolização e globalização. Nascida da economia informacional, a cidade global é mais poderosa do que a metrópole baseada no desenvolvimento industrial, na medida do seu grau de influência sobre outros centros urbanos. Ela exige uma dinâmica acelerada no campo das tecnologias da comunicação, no sentido de conectar informações entre grandes companhias, conglomerados multinacionais e bolsas de valores que possuam influência na economia mundial. Para isso, a cidade global precisa da proximidade de centros universitários e de pesquisa de alta tecnologia além de transportes e vias expressas de alta qualidade. Igualmente, possuir uma dimensão planetária estabelece conexão entre os interesses econômicos mundiais em tempo real. Necessário afirmar que somente algumas cidades podem, no sentido estrito, denominar-se globais; no Brasil, apenas São Paulo pode ser assim qualificada, o que não exclui que as outras cidades sejam estruturalmente afetadas pelo processo de globalização.

A economia informacional nascida dessa Revolução baseia-se na mesma lógica do capitalismo da era industrial. Ela expressa, contudo, sua avançada reestruturação. Na década de 1980¹¹ difunde-se o uso do computador e com ele se instala um novo tipo de sensibilidade social que aproxima a população, mesmo a distância. Essa aproximação exige um novo tipo de aprendizado em equipamentos cada vez mais complexos. Um novo tipo de exclusão emerge com os analfabetos informacionais¹² que, aliados aos desempregados industriais, circulam pelas ruas da cidade vendendo produtos de ocasião. Substitui-se o conceito de periferia pelo de fractalidade da pobreza, que se traduz no derramamento desta pelas ruas da cidade. O aumento da criminalidade faz com que a cidade se enclausure, encha-se de grades nos edifícios e nas praças; nas casas, as trancas transformam-nas em verdadeiras fortalezas. As ruas, territórios de trabalho dos excluídos, são também de roubos, sequestros e crimes de todos os tipos. A violência faz a população recolher-se à noite ao interior das casas, enquanto uma população de rua, identificada como “criminosa”, se instala sob as marquises e viadutos da cidade. A resistência desta população se revela na ocupação de prédios abandonados, na organização em movimentos (Movimento dos Sem Teto. p.

e.); os invasores invadem prédios¹³ onde se alojam homens, mulheres e crianças em fuga dos imprevistos das ruas. De modo geral, são biscateiros que vivem das oportunidades dadas pela cidade congestionada e habitam as antigas áreas centrais. Na cidade do Rio de Janeiro, a globalização, entretanto, provocou um redesenho desta área, na medida em que, ao projetar o Teleporto,¹⁴ o governo Cesar Maia (1993) propôs expandir o projeto de requalificação urbanística e paisagística da área central da cidade acentuado com os projetos vinculados ao Pacote Olímpico para as Olimpíadas de 2016. “A proposta de implantação do Teleporto da cidade do Rio de Janeiro na Cidade Nova, próximo à área central da cidade, sustentava-se na possibilidade desse projeto (um conjunto de edifícios inteligentes) vir a interferir na recuperação urbana no seu entorno (WEYRAUCH, 2002, p. 119). As obras previstas voltadas à execução do Pacote Olímpico irão não só mudar de vez a fisionomia da área como afastar para bem longe a população pobre que ali se escondia.

Para atender o déficit habitacional o Governo promoveu nessa área projetos, como exemplo o *Morar Carioca* voltado para uma população mais favorecida como a classe média emergente, deixando de fora os de renda inferior. A globalização generaliza a urbanização e com ela rompem-se os limites entre público e privado. A casa torna-se agora um possível espaço de produção e a rua um espaço dormitório e de circulação de mercadoria.

O tema da urbanização generalizada leva Henri Lefebvre a afirmar que “o tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária” (LEFEBVRE, 2002, p. 17). E, nesta sociedade, denominada urbana, em que os interesses político-econômicos se voltam para o consumo da cidade pensada como uma unidade como valor de troca haja visto, entre outras coisas, a produção de espetáculos que nela ocorrem. A precariedade de sua dimensão social (como valor de uso social) fica mascarada, sem que a população, de modo geral, se dê conta de sua radicalidade. Desfaz-se, na prática, a diferença entre rural e urbano na medida do alto grau de urbanização acentuado pelo processo de globalização que torna a área rural mera extensão da urbana. A tecnologia invade o campo, como prova o crescimento do *agrobusiness* responsável por expulsar para a cidade os trabalhadores à margem do novo processo. Lá, esses trabalhadores

engrossam a mão de obra desqualificada distante dos novos empregos da era da informação e do conhecimento. O trabalho intermitente passa a ser a saída para a maioria deles.

Quanto às conquistas políticas obtidas na Constituição de 1988, muitas permaneceram como retórica. Na prática, o conceito de máximo possível foi substituído pelo de mínimo possível, com a implementação de políticas compensatórias voltadas para o atendimento precário à população de baixa renda. Apenas um remédio para os desequilíbrios gerados pelos processos de acumulação do capital.

Esse mesmo tipo de analogia fez Marx quando comparou o conteúdo da Declaração dos Direitos Humanos e a realidade vivida pelo proletariado durante a Revolução Industrial contraposto ao belo discurso da justiça social, a cruel realidade regida pelo medo e a insegurança.

No plano habitacional, o déficit continua expressivo. Sete anos passados da criação do Ministério das Cidades (2003), a instituição celebrou a redução do déficit habitacional de 7,9 milhões para 7,2 milhões de moradia.¹⁵ Na prática, uma irrisória redução, já que a habitação é a mais emblemática das questões sociourbanas. A superação do déficit social pela população da cidade passa também pela conquista de um nível qualitativo de saúde, educação e um meio ambiente adequado a uma vida saudável. Além dessas carências, outros sérios problemas convivem na cidade, como as injustiças sociais contra crianças e adolescentes, mulheres, negros, índios, gays e outros tantos grupos em busca de cidadania.

O Mapa da Violência 2011 no Brasil registra sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes:

No marco da mobilização pelo Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – 18 de maio –, o governo federal divulgou levantamento com mapa das denúncias sobre exploração sexual de crianças e adolescentes. O estudo aponta a existência de delações desses crimes em 2.798 municípios brasileiros, sendo que a região Nordeste apresenta o maior número de municípios (34%), seguida pelo Sudeste (30%), Sul (18%), Centro-Oeste (10%) e Norte (8%).¹⁶

Já com relação à mulher esse mapa informa: “Uma em cada cinco brasileiras declara já ter sofrido algum tipo de violência por parte de um

homem. A cada 15 segundos uma mulher é espancada por um homem no Brasil”.

Vale lembrar que o patriarcalismo no Brasil disseminado em todas as esferas sociais vem encontrando resistência na sociedade civil e na política, cujo exemplo significativo foi a criação da Lei Maria da Penha¹⁷ surgida em 7 de agosto de 2006. “A ex-rainha do lar”, agora chefe de domicílio é compulsoriamente obrigada a enfrentar não só a sua frustração, mas a de seus familiares no cotidiano das cidades. Na prática, ela incorpora, na dimensão privada, os efeitos da instabilidade urbana, com todos os riscos que ela comporta, e são muitos. Mora em área de risco, enfrenta múltiplas jornadas, sempre fica refém da precariedade dos serviços públicos arriscando-se inclusive em seu direito de ir e vir para garantir, na maior parte das vezes, sozinha o sustento de suas famílias, que continuam a ser compostas de suas crianças, seus doentes e seus idosos.

No Brasil, a criminalidade entre jovens é espantosa, haja vista as suas presenças no tráfico de drogas e no assalto a coletivos, como demonstrado nos acontecimentos do dia 10 de agosto último, quando um ônibus, no centro da cidade do Rio de Janeiro, foi assaltado por alguns jovens cujas idades não chegavam a 30 anos. Outros exemplos idênticos acontecem diariamente nas cidades: perdidos, sem referência e sem formação adequada os jovens transgridem as regras como um todo pela impossibilidade de mover-se confortavelmente nesta nova era histórica.

O Mapa da Violência 2011 mostra que os avanços da violência homicida no Brasil tiveram como eixo a vitimização de jovens. Os estados mais afetados por essa vitimização foram Pernambuco, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Diz o mapa:

Se a magnitude de homicídios correspondentes ao conjunto da população já pode ser considerada muito elevado, a relativa ao grupo jovem adquire caráter de epidemia. Os 34,6 milhões de jovens que o IBGE estima que existiam no Brasil em 2008 representavam 18,3% do total da população. Mas, os 18.321 homicídios que o Datasus registra para esse ano duplicam exatamente essa proporção: 36,6% indicando que a vitimização juvenil alcança proporções muito sérias.[...] na faixa de 20 aos 24 anos de idade a taxa de homicídios gira em torno de 63 homicídios em 100 jovens.

Vale destacar que entre os negros as taxas são mais altas. Diz a pesquisa: “Se na população branca a taxa de homicídio é de 20,6 em 100 mil, na população negra é de 34,0 em 100 mil, isto é, a proporção de vítimas de comícios entre a população parda ou negra é 65,38 superior a branca”.

O segmento jovem da população brasileira está encurralado, suicidam-se, matam-se, são atropelados e mortos no trânsito, lutam por vagas em instituições legais ou ilegais, no fundo sobre eles rebate a perversidade de um sistema que não encontrou o real caminho da democracia, conceito vilipendiado pelo mau uso que dele se faz. A rebelião do século XXI é protagonizada pelos jovens, seja no formato da resistência civil seja no da revolta, pelo fato de as instituições sociopolíticas estarem aquém das respostas às suas reivindicações. Necessário se faz politizar a política, dado que o desinteresse da sociedade por ela vem colaborando para a formação de feudos políticos a partir dos quais são eleitos como representantes dos parlamentos municipal, estadual e nacional homens que defendem seus crimes e interesses na esfera pública. Na verdade, a violência estrutural do capitalismo aliou-se à da cultura da violência nas várias esferas do social, em uma cadeia perversa de resultados em que não se distinguem início e fim. No fundo, a violência da *urbis* expressa uma combinação de causas que elevam as frustrações da população ao nível da revolta. Trabalhadores vez por outra depredam trens, vans e ônibus, são homens e mulheres que, pressionados pelos estrangulamentos da cidade, vêem potencializados seus problemas específicos e reagem até criminalmente quando chegam ao seu limite.

Na verdade, o Brasil chegou à era da globalização com uma população com problemas acumulados do período colonial e da sociedade industrial e já anuncia demandas próprias à nova era sem que sua cidade e população tenham atingido um padrão urbano e de cidadania em consonância recíproca. A ausência de um padrão urbano de qualidade é clara quando se observa uma favela onde os moradores habitam em tal grau de contiguidades impeditivo de um nível de sanidade necessária à vida. O que dizer de determinados edifícios com espaços interiores mínimos e praticamente colados uns aos outros; também da população espremida no metrô, nos trens e das ruas tomadas pelos carros que impedem os passantes a circular; dos bueiros que explodem sob os nossos pés, das vias congestionadas por excessos de carros.

Os problemas urbanos da cidade como: locomoção, congestionamento, precariedade dos serviços de saneamento (água, esgoto e

resíduos sólidos), poluição sonora e ambiental, especulação imobiliária do espaço funcionam como uma variável negativa, como afirmou a Deputada Aspásia Camargo no Seminário por ela coordenado sobre Saneamento Ambiental. Alternativas jurídico-institucionais para os serviços de saneamento no Estado do Rio de Janeiro têm sido apreciadas na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Na sociedade urbana há uma transversalidade que passa pela privatização da cidade, sua má gestão e todas as carências expressas nos movimentos sociais, sejam eles de raça, gênero ou classe, em uma dinâmica cheia de imprevistos cujo cenário base é a urbanização generalizada do mundo. Muito se tem ainda a estudar sobre o assunto, sobretudo sobre a multiplicidade de dialéticas que ocorrem no espaço urbano. Mas, a crise também tem seu lado positivo, ou seja, o da repolitização da sociedade através da comunicação em redes: são idosos, mulheres jovens que da privacidade de suas casas organizam protestos políticos, como provam os últimos acontecimentos na Europa.

Qual a mudança fundamental que temos observados nos últimos anos? A passagem de um sistema [...] dominado pela comunicação de massa, e centrado nos meios de comunicação de massas para um sistema que eu chamo de autocomunicação de massas através da internet (CASTELLS, 2011).

Na Europa, as praças de algumas cidades têm mostrado a revolta dos jovens em busca de emprego e voz política; os com escolaridade alta buscam manter o nível de garantias já conquistadas. Os exemplos de Atenas, Madri, Paris e, por último, Londres, trazem à tona uma revolta sem precedentes contra os poderes constituídos que não lograram alcançar resultados satisfatórios para a conquista, de uma vida digna. Se na Espanha a revolta é pacífica, como mostra o exemplo da Praça Sintagma, os exemplos da França e agora de Londres são violentos. De modo geral são jovens filhos de pais desempregados, alguns deles imigrantes com reduzido horizonte de trabalho. Nos acontecimentos dos dias 9 e 10 de agosto último, o que se viu em Londres foi uma juventude saqueando lojas e queimando uma cidade que circunscreve parte deles em guetos a bem do controle da economia. O tema, ainda pouco estudado, fica aberto à discussão.

Considerações finais

O Brasil se destaca por ser um dos cinco países de maior concentração de renda do planeta com suas cidades transformadas em territórios loteados entre aqueles que detêm o poder, onde poder político se confunde com poder econômico.

O professor Reinaldo Guimarães, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirma em seu artigo *Redução da desigualdade de renda no governo Lula: análise comparada*:

Brasil, Honduras, Bolívia e Colômbia, têm os mais elevados coeficientes de desigualdade na América Latina, que tem, na média, elevados coeficientes de desigualdade pelos padrões internacionais; [...] o Brasil experimenta melhora marginal na sua posição no ranking mundial dos países com maior grau de desigualdade entre meados da última década do século XX e meados da primeira década do século XXI visto que sai da 4ª posição dos países mais desiguais para a 5ª posição.

Pelo padrão capitalista adotado no Brasil, não é de surpreender a irrisória diminuição da desigualdade que, somada às tímidas políticas sociais (habitação, saúde, educação de proteção às crianças, mulheres e idosos), colocam sob o crivo da suspeita a afirmação de uma real democracia no país. A fala de Ellen Wood (1995) no livro *Democracia contra o capitalismo* reforça, nesse sentido o parágrafo anterior: “o capitalismo parece atestar diariamente sua incapacidade de universalizar os direitos humanos”. À violência pela privação de bens essenciais soma-se aquela de bens supérfluos, estimulada pela propaganda típica de uma sociedade de consumo dirigido. Nessa sociedade, a expressão “cidadania” apresenta-se ao nível superficial e externo pela exibição de produtos enaltecidos pela mídia; o desejo em torno deles mascara o real sentido da democracia no país. Mata-se por um tênis, celular ou qualquer produto que dê ao usurpador a aparência de um cidadão integrante da sociedade das grifes.

Embora existam vários tipos de violência urbana, este artigo concentra-se nas manifestações vinculadas às situações de pobreza na cidade, dado que o processo de municipalização definido pela Constituição de 1988 delegou aos governos municipais a responsabilidade de geri-las democraticamente. A retórica constitucional não alterou a segregação socioespacial já existente: as piores áreas da cidade, as mais problemáticas,

foram compulsoriamente designadas à população de baixa renda, onde os transportes, as escolas, os postos de saúde ficam longe de atendê-la satisfatoriamente.

Até que ponto os direitos sociais inscritos na Constituição de 1988 esbarram na dinâmica do capitalismo que abocanha os melhores pedaços do solo urbano e deixa para as camadas pobres as áreas impróprias à urbanização, áreas vizinhas aos cursos de água, denominadas de APP (Áreas de Preservação Permanente) pelo Código Florestal e as áreas com declividades inadequadas.

A luta pelo direito à cidade prossegue, seja por meio das reivindicações já citadas seja em nome de um democrático Plano Diretor da cidade, que no caso do Rio de Janeiro, a pretexto da Copa de 2014 e/ou das Olimpíadas de 2016 vem dilapidando áreas de proteção ambiental. Lotes em áreas de convergência de riachos foram vendidos – lotes molhados para atender aos interesses daqueles envolvidos na execução do Pacote Olímpico. Os interesses do grande capital internacional se debruçam sobre as cidades que negam aos seus cidadãos territórios saudáveis de convívio, formação e atendimento social.

A violência urbana é essencialmente exercida pelos poderes das cidades e do país, que em vez de torná-las valor de uso social reforçam sua dimensão de valor de troca transformando-a em mercadoria a quem comprá-la melhor. O sentido democrático de cidade está em jogo: por falta de segurança no trabalho, operários morrem aos magotes; jovens compram drogas nas portas das escolas; nas escolas e hospitais faltam profissionais e equipamentos nos campos da saúde e educação; mulheres são espancadas... tudo isso e muito mais, sem que nenhuma resposta institucional contundente seja feita.

Na transição da sociedade do trabalho à sociedade urbana (da informação ou do conhecimento), cabe o resgate – histórico – da função social que os espaços urbanos geraram na população: a possibilidade de uma existência livre e participativa, de cultura e de segurança. Este é o legado que as cidades trouxeram para o século XXI e que não pode ser esquecido.

Referências

ABREU, Maurício (org.). *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1992.

_____. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, SMU/Iplanrio, 3. ed., 1997.

ACSELRAD, Henri (org.) *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRADBURY, Malcom; MCFARLANE, James. *Guia geral do modernismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

ENGELS, F. A. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

GUIMARÃES, Eduardo. *Redução da desigualdade de renda no governo Lula: análise comparada*. <<http://eduardoguimaraes.com.br>>.

GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *A sociedade em rede*. V. I e II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHUDACOFF, Howard. *A evolução da sociedade urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

COULON, Alain. *A escola de Chicago*. Campinas/SP: Papyrus, 1995.

COUTINHO, Ronaldo; Bonizzato, Luigi. *Direito da Cidade*. Rio de Janeiro; Ed,Lúmen, 2007

DAVIS, Mike. *Cidade de quartzzo* São Paulo: Página Aberta, 1993.

DICKENS, Charles. *Oliver Twist*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 2007.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

INSTITUTO SANGARI; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Mapa da Violência 2011, <<http://www.sangari.com/mapadaviolencia/>> , 2011.

KOWRICK, Lucio. *Viver em risco. Sob a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Ed. 34, 2009.

LAMAS, José P. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1992.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes, 2001.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

_____. *História e Memória*. 4. e. Campinas/SP: Unicamp, 1996.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Edusp/Nobel, 1991.

NORA, Pierre. *Entre história e memória: a problemática dos lugares*. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

PÁDUA, Marsílio. *O Defensor da Paz*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

PECHMAN, Robert Moses. *Gênese do mercado urbano de terras, a produção de moradias e a formação dos subúrbios no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1985.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1977.

RIBEIRO, Luiz Cesar; SANTOS JUNIOR, Orlando – *Globalização Fragmentação e Reforma Urbana*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico Informacional*. São Paulo: Hucite, 1994.

SOUZA, Marcel Lopes de – MTHRASHER, Frederic. (1943), *The gang: a study of 1313 gangs in Chicago structure of an italian slum*. Chicago, University of Chicago Press (4a ecl. de 1993). *udar a cidade* . Ed. Bertrand Brasil, 202, RJ

THRASHER, Frederic. (1943), *The gang: a study of 1313 gangs in Chicago structure of an italian slum*. Chicago, University of Chicago Press (4a ecl. de 1993).

THRASHER, Frederik. *Definitionsof gangs*.
<<http://www.uic.edu/orgs/kbc/Definitions/thrasher.html>>.

VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e moradia: Habitação coletiva no Rio de Janeiro/séculos XIX/XX*. Rio de Janeiro: Faperj/7 Letras, 2002.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana. Um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1985.

WOOD, Ellen. *Democracia contra o capitalismo*. Rio de Janeiro: Boitempo. 1995.

WEYRAUCH, Cleia Schiavo. Rio de Janeiro, um século de cidade: da sociedade do trabalho à sociedade da informação. *Revista de Ciências Sociais*, v. 38, p. 161, ANO 2002 .

_____. *Deus abençoe esta bagunça*. Rio de Janeiro: Comunità, 2009.

WEYRAUCH , Cleia Schiavo ; ZETTEL, Jayme (org.). *Memória, Cidade e Cultura* Rio: UERJ/IPHAN, 1997.

Notas

* Artigo submetido à avaliação em 26 de julho de 2011 e aprovado para publicação em 24 de agosto de 2011.

¹ Charles Dickens narra em seu livro *Oliver Twist* as péssimas condições da classe operária na Inglaterra e ainda revela os males sociais da era Vitoriana. Sua sensibilidade para as questões sociais são decorrentes da sua própria experiência de menino pobre no contexto da primeira metade do século XIX.

² Campanella nascido em Stilo na Calábria foi considerado herético pela igreja após ter escrito o livro *Filosofia demonstrada pelos sentidos* (1591). Anos depois (1598) projetou uma comunidade republicana na Calábria presidida por princípios naturalistas (WEYRAUCH , Cleia Schiavo , 2009, p. 69)

³ As imigrações irlandesa, alemã, polonesa e italiana constituíram os maiores grupos étnicos presentes na cidade de Chicago.

⁴ THRASHER, Frederik. *Definitions of gangs*.

⁵ Como o nome indica, o interacionismo simbólico sublinhou a natureza simbólica da vida social: as significações sociais devem ser consideradas como “produzidas pelas atividades interativas dos agentes” (Blumer, 1969, p. 5, in COULON, 1995, p. 19).

⁶ Quando em 1892, surgiu a Universidade de Chicago, a cidade tornara-se juntamente com Nova York e Filadélfia uma das três maiores cidades americanas, com uma assombrosa taxa de crescimento: o povoado que contava com 4.470 habitantes no recenseamento de 1840, e representava então a fronteira oeste dos Estados Unidos, tinha 1 milhão e cem mil 50 anos depois, em 1890, e chegaria a ter 3 milhões e meio em 1930 (COULON, 1995, p. 11).

⁷ Em uma selvagem Chicago dos anos 1930, o jovem policial Eliot Ness decide bater de frente com o crime organizado do temido Al Capone recrutando alguns homens sem medo para neutralizar o tráfico de bebidas do criminoso durante a lei seca americana (sinopse do filme no site Telecinerio).

⁸ A Máfia de Nova York serviu de tema do filme *O poderoso chefão* dirigido por Frank Ford Copolla, em 1972.

⁹ No livro *A sociedade em rede*, Castells diz: “entre as tecnologias da informação incluo o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação, telecomunicações/radiodifusão e optoeletrônica”.

¹⁰ A teoria do espaço consiste em uma especificação de uma teoria geral da organização social na medida em que ela se articula com o espaço. Isto é, não existe uma teoria específica do espaço, mas simplesmente um desdobramento e especificação da teoria da estrutura social, a fim de explicar as características da forma social particular, o espaço, e de sua articulação com outras forças e processos, historicamente dados (GOTTIDIENER, 1993, p. 120).

¹¹ Na década de 1980 a *Apple Computers* alcançou um significativo número de vendas e também a *Macintosh* lançou uma unidade de fácil manipulação (CASTELLS, 1999)

¹² A inserção qualitativa ao mercado de trabalho exige o conhecimento permanente, cada vez mais sofisticado em relação às novas tecnologias da informação. A exigência da informação veloz transforma-se em tema preferencial deste novo capitalismo e dela depende a produtividade das empresas.

¹³ Na primeira década do século XXI o Movimento dos Sem Teto movido pela necessidade de se abrigar ocupou vários prédios e deu a eles nomes simbólicos como: Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares, O quilombo das guerreiras, Carlos Mariguella, Nelson Mandela e Manoel Congo (Dissertação de mestrado de Elaine de Freitas, UERJ, 2007).

¹⁴ No projeto estratégico da cidade do Rio de Janeiro estava prevista a conexão do Teleporto com o Porto de Sepetiba.

¹⁵ Fiori, Pedro;Fix, Mariana --*Pacote habitacional de Lula é a privatização da política Urbana in WWW..correiocidadania.com.br*

¹⁶ Dados apresentados pela atual ministra de Direitos Humanos Maria do Rosário.

¹⁷ Lei Maria da Penha – Disposições Preliminares . Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar

contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.